

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Dilma volta a se posicionar contra A PEC 215. Tânia Monteiro – O Estado de São Paulo, Política. 01/10/2013	4
Direitos de índios podem ser aniquilados, diz chefe da Funai – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 01/10/2013	4
'Tenho duas grandes frustrações', diz relator da Constituição. Ricardo Mendonça – Folha de São Paulo, Poder. 05/10/2013	9
Governo prioriza atenção às famílias já assentadas. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 07/10/2013	14
2013 tem 'desapropriação zero' no campo até agora. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 07/10/2013	14
RJ - Pescadores da Resex Marinha de Arraial do Cabo poderão ser incorporados à reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/10/2013	16
Menos desapropriações no campo, mais violência: eis o circo dos horrores do Governo Dilma – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/10/2013	17
Defesa de fazendeiro acusado de chacina nega haver provas e aponta "omissão" do Estado. Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 10/10/2013	18
Agricultores invadem local de cerimônia de Dilma no RS – Folha de São Paulo, Poder. 11/10/2013	19
Movimentos do campo barram acesso a ministério. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 16/10/2013	19
Dilma resgata tema ambiental e promete atenção à reforma agrária. Daiene Cardoso e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo, Política. 17/10/2013	20
Deputado pede fim de 'compensação financeira' à Funai. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 17/10/2013	21
Governo publicará até o fim do ano cem decretos para reforma agrária. Evandro Éboli – O Globo, País. 17/10/2013	22
Comissão aprova definição sobre trabalho escravo. Chico de Góis – O Globo, Ciência. 17/10/2013	23
Projeto que expropria terras com trabalho escravo é aprovado no Senado. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 17/10/2013	24
SP: Incra desapropria mais um imóvel para a reforma agrária na região de Andradina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013	25
Dilma anuncia cem decretos para reforma agrária até o fim do ano. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 17/10/2013	26

Terra Legal apresenta avanços da regularização fundiária no Senado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013	27
Regularização fundiária e ambiental chega a São Félix do Xingu, no Pará. – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/10/2013.....	28
Desenvolvimento sustentável. Elvino Bohn Gass – O Globo, Opinião. 21/10/2013 ...	30
Melhorar o que existe – O Globo, Opinião. 21/10/2013.....	31
Juventude rural de nove países latinos debaterão políticas de acesso à terra e sucessão rural durante seminário no Brasil – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG). 25/10/2013	32
Presidenta Dilma decreta oito áreas para fins de reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013	33
GO: Comunidade quilombola Tomás Cardoso é reconhecida pelo Incra - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013	35
Incra reconhece área de Comunidade Quilombola em Minas Gerais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013	35
Demagogia agrária – O Estado de São Paulo, Opinião. 28/10/2013.....	36
Incra reforça importância da reforma agrária para a produção de alimentos de qualidade em audiência na ALESP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/10/2013	37
Incra cria mais quatro assentamentos na Bahia e beneficia 120 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013	38
Incra destina terras ribeirinhas no Amapá para reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013	39
Incra demarca e parcela mais três projetos de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013	40
Comitê é criado para coordenar política de terras indígenas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013	41

Dilma volta a se posicionar contra A PEC 215. Tânia Monteiro – O Estado de São Paulo, Política. 01/10/2013

Quase oito horas depois de o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ter engavetado, por ora, a instalação da comissão especial que analisaria a Proposta de Emenda Constitucional 215, que transfere para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de novas terras indígenas, a presidente Dilma Rousseff se posicionou contra o projeto. "Meu governo é contra a PEC 215, que retira da União direito de demarcar as terras indígenas. Orientei a base do governo a votar contra a PEC", postou a presidente no twitter, pouco antes de deixar o Palácio do Planalto, na noite desta terça-feira, 1º.

Mais cedo, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, havia declarado ao Blog do Planalto que o governo federal era contrário a essa PEC. "A posição do governo com relação à PEC 215, já externada às lideranças indígenas em mais de uma ocasião, é que esta proposta é inconstitucional. Somos contrários e temos a convicção de que o poder de demarcação de terras da União é do Poder Executivo", afirmou a ministra, depois de lembrar que a proposta do governo é que, além da Fundação Nacional do Índio (Funai), outros órgãos federais possam ser consultados sobre a demarcação de terras indígenas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Desenvolvimento Social e da Justiça, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A posição contra a PEC 215 já havia sido apresentada pela própria presidente Dilma Rousseff, quando recebeu lideranças indígenas no Palácio do Planalto. Segundo a ministra Gleisi, "na relação institucional de mediar conflitos entre fazendeiros e indígenas por demarcação de terras, temos nos reunido com lideranças de ambos os lados para resolver os conflitos, dialogando, conversando, para acertar os casos de disputas e evitar a judicialização".

A ministra acrescentou ainda quando o governo quer ouvir mais entidades sobre a demarcação de terra. O objetivo é "tornar o processo mais transparente e minimizar disputas judiciais, com saídas para situações complexas e antecipando negociações e reconhecimento de direitos". Mas Gleisi ressaltou que a Funai continuará sendo o órgão coordenador e decisivo neste processo.

Direitos de índios podem ser aniquilados, diz chefe da Funai – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 01/10/2013

Grande marco para o reconhecimento dos direitos de indígenas no Brasil, a Constituição de 1988 completa 25 anos nesta semana. Para a presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati, não há razões para celebrar.

Índios, indigenistas, ambientalistas e entidades ligadas aos direitos indígenas articulam um protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, por volta das 16h desta terça-feira (1º). Atos públicos ao longo de semana também devem acontecer em mais três capitais: São Paulo, Belém (PA) e Rio Branco (AC).

Nas últimas semanas, congressistas da bancada ruralista aumentaram a pressão para alterar um ponto da Carta que, segundo Assirati, trata de uma questão essencial para a sobrevivência desses povos. Eles querem transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas.

A ação, diz a presidente da Funai, pode retardar ou até impedir novas demarcações. "Este é, de fato, o momento mais delicado desde a promulgação da Carta", afirma Assirati, que assumiu a chefia do órgão oficial indigenista em junho.

Em entrevista, ela diz que mesmo dentro do governo a Funai enfrenta obstáculos para executar seu trabalho. Segundo Assirati, declarações públicas de órgãos oficiais criaram um ambiente "totalmente desfavorável" a novas demarcações, atrasando processos em quase todo o país.

Afirma ainda que o governo não estava preparado para a complexidade da construção da usina de Belo Monte, no Pará. Em vez de mitigar os efeitos da obra entre indígenas, diz a presidente da Funai, as ações da construtora voltadas a esses povos causaram "impactos enormes, alguns deles irreversíveis".

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista, concedida na sede da Funai.

BBC Brasil - Na semana em que Constituição de 1988 completa 25 anos, índios protestam em vários pontos do país e dizem enfrentar as maiores ameaças a seus direitos desde a promulgação da Carta. Concorde com a avaliação?

Maria Augusta Assirati - Concorde. Em 1988, tivemos um conjunto de avanços, como a garantia territorial e a valorização de crenças e tradições, e passamos a implementar esses direitos. Houve algumas tentativas de reduzir e rediscutir esses direitos, mas essas tentativas nunca foram tão claras como agora.

Está em curso um conjunto de proposições no Congresso para rever a própria Constituição. Este é, de fato, o momento mais delicado desde a promulgação da Carta.

Quais propostas mais preocupam?

As que transferem parcela da atribuição no processo de demarcação ao Congresso. Além da inconstitucionalidade dessas propostas, porque ferem cláusula pétreia, da separação de Poderes, elas reverterem um direito originário. Elas poderiam retardar ou impedir o avanço das demarcações no país.

Também nos preocupam proposições para regulamentar o parágrafo da Constituição que define o que é de relevante interesse nacional e, portanto, estaria excluído da

possibilidade de demarcações. Nesse contexto de busca de avanço territorial do agronegócio, isso poderia representar um impacto muito negativo. Há ainda propostas que podem colocar em risco inclusive demarcações já realizadas, o que causaria uma completa aniquilação de direitos já conquistados pelos indígenas.

O governo está negociando essas propostas com os congressistas? No início do ano, numa aparente tentativa de acalmar os ânimos, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, disse que o governo iria alterar o processo de demarcação.

Para nós (Funai), não há possibilidade de negociação. Muitas vezes, pessoas contrárias a demarcações entendem que há subjetividade grande e que poderia haver diálogo para que outros interesses fossem contemplados no processo.

Quando se fala de pequenos agricultores, de pessoas que usam terra para produção comunitária, como quilombolas e ribeirinhos, é evidente que o Estado deve buscar equilibrar esses direitos.

Mas esses argumentos têm sido usados em defesa de um uso da terra para a produção econômica e para o crescimento econômico pura e simplesmente. Compatibilizar demarcações com essas intenções é difícil, porque você está tratando de um direito que conflita com um interesse, e não com outro direito.

Quais serão as mudanças no processo de demarcação?

Poderemos dar mais transparência aos critérios que levam à identificação e delimitação de uma área de ocupação tradicional pela Funai.

A segunda coisa é: quando oponentes a processo de identificação e delimitação têm alguma divergência, essas contestações hoje são analisadas e julgadas pela própria Funai. Acho que não haveria prejuízo se outro órgão, e no meu entendimento esse órgão seria o Ministério da Justiça, avaliasse essas contestações.

E quanto à inclusão de outros órgãos no processo, como a Embrapa, conforme a ministra Gleisi aventou?

Se o órgão tiver informação que possa contribuir com a demarcação, essa contribuição é bem-vinda. Mas somos contra a possibilidade de uma intervenção tendente a inviabilizar o processo.

Quanto de terra ainda falta a demarcar no Brasil?

Do total que havia para ser demarcado em 1988, faltam cerca de 3%. Mas desde então houve surgimento de outras comunidades, dissidentes, e avaliamos que áreas para certos grupos são insuficientes. Então são um pouco mais do que aqueles 3%.

O governo Dilma tem homologado menos terras indígenas que os anteriores, e há 21 processos de demarcação parados no Ministério da Justiça ou na Presidência sem qualquer contestação judicial. Por que o ritmo das demarcações diminuiu?

Logo que a Constituição foi promulgada, demarcaram-se áreas muito grandes, sobretudo na Amazônia. Ficaram para as etapas presentes áreas mais antropizadas, onde há maior dificuldade de trabalhar, no Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Mas, de fato, há processos que não tiveram andamento. Eles tramitaram, seguiram ao Ministério da Justiça, seguiram eventualmente até a Casa Civil, que é quem faz a pré-análise do processo de homologação para a presidente Dilma, mas não tiveram nenhuma conclusão.

Por quê?

Essa pergunta que tem de ser feita aos outros órgãos (Ministério da Justiça, Casa Civil e Presidência). Muitos desses processos não caminharam por justificativa de que instaurariam conflitos na região, mas não temos elementos para afirmar que em todas essas áreas isso ocorreria.

Demarcar terra indígena nunca será ação que gere zero conflito. Mas não é somente a delimitação que faz com que o conflito ecloda, há um conjunto de situações precedentes, como problemas históricos de ordenamento fundiário.

Chegou-se a um acordo para solucionar conflitos que envolvem indígenas no Mato Grosso do Sul?

Sim. Pensamos na seguinte solução: o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que anda com dificuldade para encontrar áreas para fazer reforma agrária, compraria terras do Estado do Mato Grosso do Sul para realizar esses assentamentos.

E os recursos da venda das terras contribuiriam para que o Estado pagasse produtores rurais de áreas que estão em litígio judicial [devido a processos demarcatórios]. Assim, os produtores sairiam da área e poderiam comprar outras terras.

Isso foi pensado para a situação da fazenda Buriti [onde em maio um índio terena morreu em ação de reintegração de posse; pouco depois, a então presidente da Funai, Marta Azevedo, deixou o posto], mas poderia ser ampliado para outras terras indígenas.

Por que essa solução ainda não foi aplicada?

A solução tem apresentado dificuldades porque o Estado (MS) não indicou um banco de terras e tem colocado dificuldades em relação à avaliação dos valores de terras. Isso tira a credibilidade dos envolvidos nesse processo.

No começo do ano, anunciou-se que a ministra da Casa Civil teria determinado a paralisação de demarcações no Sul. Isso de fato ocorreu?

Nunca fomos oficialmente notificados, mas tivemos notícia de que alguns governadores teriam solicitado à Casa Civil que adotasse essa medida, e a Casa Civil determinou que se paralisassem demarcações no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Então as demarcações continuam como sempre?

Mais ou menos. Esse cenário colocou um ritmo diferente para as demarcações, porque essas manifestações públicas e declarações oficiais de órgãos do governo deram muita força a produtores rurais e a agentes públicos contrários à demarcação.

Em algumas situações, quando tentávamos avançar, tivemos impedimento. Não um impedimento explícito do governo federal, mas de agentes locais.

Criou-se uma conjuntura totalmente desfavorável, em que aqueles contrários às demarcações buscavam instrumentos para paralisar ou retardar processos, seja via judicial, via articulação política ou pela intimidação de servidores da Funai. Isso trouxe um novo ritmo aos processos de demarcação em quase todo o Brasil.

Como anda o cumprimento das compensações a indígenas pela construção da usina de Belo Monte?

Houve um atraso enorme e muitas condicionantes não foram cumpridas. Mesmo antes de o empreendedor começar a trabalhar, já havia mudança completa no modo de vida das pessoas da região.

Houve um afluxo enorme de pessoas a Altamira, e algumas ações para diversas populações indígenas foram pensadas de forma emergencial. Essas ações não conseguiram preparar a intervenção do empreendedor na região.

Isso causou impactos enormes, alguns deles irreversíveis.

Que tipo de impactos?

Comunidades rachadas, comunidades aldeadas que passaram a viver quase 100% de seu tempo na cidade, e com isso deixaram de plantar. Passaram-se dois anos na região de Altamira sem que comunidades que tradicionalmente são agricultoras plantassem um pé de mandioca, porque ficavam o tempo inteiro indo a Altamira solicitar lista de compras para o empreendedor.

Isso mudou hábitos alimentares, deixou indígenas que ficavam na cidade confinados numa Casa do Índio em condições extremamente precárias. Houve brigas e mortes de indígenas nessa situação de confinamento e enfrentamento étnico. As consequências foram muito graves.

Os problemas estão sendo contornados?

Estamos conseguindo entrar no eixo. Estamos priorizando um programa para que indígenas pudessem ao menos voltar a se relacionar com seu modo de vida tradicional na aldeia. Agora há um número menor de indígenas frequentes em Altamira, mas estamos atrasados.

Quem é responsável por essa situação?

Nenhum dos atores envolvidos estava preparado para a complexidade social, étnica e de relações públicas que foi Belo Monte. Não estavam preparados para chegar a uma cidade como Altamira, onde havia carência total do Estado.

Parte da população passou a acreditar que o empreendimento seria a grande solução para todos dali.

Quais foram as falhas da Funai no processo?

Não estávamos preparados para um empreendimento que envolveria dez etnias, mais de dez terras indígenas. Só o componente indígena do EIA-Rima (estudo de impacto ambiental) de Belo Monte tem dez volumes. Era impossível se apropriar de todos os detalhes técnicos.

Tivemos uma série de situações imprevistas, como ocupações de canteiro, e isso levava o empreendedor e órgãos do governo a atender as demandas pontuais dos índios. A Funai esteve presente em todas essas discussões. Os indígenas faziam pedidos, o empreendedor dizia que era possível, e a Funai ficava sem protagonismo e sem força para reverter essa lógica.

Em 2012, encerramos a cooperação com a Norte Energia no trabalho de questões emergenciais e passamos a pensar em políticas públicas para acabar com a lista de compras, combustível, veículos e tudo o que circulava nos balcões em Altamira. Temos um grande passivo para reverter.

A Funai teme que os problemas de Belo Monte se repitam na bacia do Tapajós? O órgão foi comunicado sobre intenção do governo de construir hidrelétricas na área?

Essa informação chegou à Funai há algum tempo. Apontamos preocupações e continuamos tendo essas preocupações.

Há no Alto Tapajós algumas terras indígenas bastante conservadas. No Médio Tapajós, há aldeias muito próximas de centros urbanos, com problemas como atividades ilícitas nas terras indígenas e apropriação de índios para trabalhos irregulares. Achamos que, se é pra fazer empreendimento desse porte, antes precisa haver no mínimo cinco anos de investimento em ações do Estado na área.

'Tenho duas grandes frustrações', diz relator da Constituição. Ricardo Mendonça – Folha de São Paulo, Poder. 05/10/2013

Relator da Comissão de Sistematização da Constituição de 1988, o ex-senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), hoje com 80 anos, diz que guarda duas grandes frustrações dos trabalhos daquele período.

A primeira foi não ter conseguido impedir a aprovação da possibilidade de uso da medidas provisórias por parte do presidente da República.

A medida provisória, diz ele, foi pensada para funcionar no sistema parlamentarista de governo, modelo que ele defendeu --e ainda defende--, mas acabou derrotado no plenário.

"Eu disse (...): 'Se isso ficar no texto será dado ao presidente da República poderes que nenhum ditador teve'", afirma ele. "Infelizmente a minha profecia estava certa".

A outra frustração é com as normas aprovadas que passaram a balizar o processo de reforma agrária. Para Bernardo Cabral, as regras atuais explicam as invasões, a demora para as desapropriações e as dificuldades para as indenizações. "[O resultado] ficou pior que o Estatuto da Terra do governo militar", afirma.

No período de elaboração da Constituição, Cabral exerceu o papel mais importante do Congresso depois de Ulysses Guimarães, o presidente da Assembleia Constituinte.

Entre os pontos positivos da Carta de 1988, ele lista, entre outras coisas, o poder dado ao Ministério Público, a liberdade de informação e as garantias fundamentais. "Nenhuma outra constituição do mundo tem garantias para a cidadania como a nossa".

*

Folha - Nesses 25 anos, o senhor lidou diretamente com a Constituição a partir de três perspectivas: foi senador constituinte relator da Carta, depois foi ministro da Justiça, e depois voltou à advocacia. Qual foi a situação mais complicada?

Bernardo Cabral - São momentos distintos. Como presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1981 a 1983, tive o episódio da bomba do Rio Centro, a bomba que explodiu no colo do sargento, o oficial que ficou ferido, tudo porque queriam acabar com o movimento da turma mais jovem. Aquele foi um momento muito difícil. Depois, eu diria que foi [difícil] como ministro da Justiça, pois estávamos saindo de um momento excepcional para um reordenamento constitucional, a nossa Constituição tinha apenas dois anos de existência. Eu fui ministro apenas sete meses, aliás. Quando teve aquela confusão toda do impeachment do [presidente Fernando] Collor, eu não estava mais lá. E claro que, se você pensar e idealizar o que é a feitura de um texto em plena Assembleia Nacional Constituinte, verá que foi difícil porque contrariou interesses, muita disputa.

E olhando hoje, 25 anos depois, que tal o resultado?

Se ao final não foi a Constituição ideal que todos queriam, foi a Constituição que ao menos representou o momento. As pessoas se esquecem que, no ano de 1987, quem participou desse trabalho foram guerrilheiros, banidos, professores aposentados, cassados. Aquela diáspora que os Atos Institucionais motivaram, muita gente saindo do país, deu lugar ao reencontro. E o reencontro foi na Constituinte, onde todo mundo tinha que colocar aquilo que desejava. Você via os corredores [do Congresso] apinhados de pessoas, cada um querendo participar do lobby de sua instituição: Ministério Público, polícia, Judiciário.

Alguma desilusão?

Eu tenho duas grandes frustrações na nossa Constituição Federal de 1988. Primeiro é que quando o texto saiu na comissão de sistematização, nós aplaudimos e aprovamos o sistema parlamentarista de governo. Quando foi para o plenário, derrotaram-no e então aprovaram o presidencialismo. Eu chamei então o Humberto Lucena [ex-senador], que era o líder dos presidencialistas, e disse: "Humberto, chama o seu pessoal e retire do texto da Constituição, esse que vocês estão aprovando aí, retire o instituto da medida provisória". Eu disse: "Se isso ficar no texto será dado ao presidente da República poderes que nenhum ditador teve". Ele perguntou: "Mas por que?". "É porque o Presidente da República vai ser usurpador dos poderes do Congresso Nacional". Infelizmente a minha profecia estava certa. Aconteceu. Então está aí a medida provisória, e não diga que é [problema] deste presidente ou do outro. Não. Todos os presidentes após a promulgação editaram medidas provisórias. E com um agravante. Na reedição, embutiam assuntos que não constavam na primeira proposta. E o que é mais grave: se fosse no sistema parlamentarista, essas medidas só seriam editadas se tivesse relevância e urgência. Então veja como isso se vulgarizou.

E por que não retiraram o mecanismo de medida provisória quando o parlamentarismo perdeu?

Descuidaram, né? A medida provisória já estava aprovada, o parlamentarismo já estava aprovado [em comissão]. Aí derrubaram o parlamentarismo [no plenário] e mais nada, o resto continuou. Eu é que não tinha poderes para derrubar [as medidas provisórias]. O meu parecer foi contra o presidencialismo. Enquanto houver presidencialismo, você não tem coalizão partidária. Coalizão só existe no parlamentarismo. E o resultado, você sabe melhor que eu, foi esse mensalão que se criou, o toma lá dá cá.

E a outra frustração?

O instituto da reforma agrária. Você vai perguntar: "Como você, como relator, foi deixar configurar na Constituição de 88 essa reforma agrária?". Vou dizer. O meu parecer sobre desapropriação para fins de reforma agrária era muito bom. Mas o que foi aprovado, o que derrotou a minha posição, ficou pior que o Estatuto da Terra do governo militar. Então você vê o que acontece hoje com a reforma agrária. É terrível. Hoje, essas invasões acontecem com depredações, geralmente no que há de melhor [nas propriedades], pois ninguém invade terreno que não presta. Tudo isso porque não se disciplinou a reforma agrária. Hoje, quando tem um imóvel a ser desapropriado, é preciso fazer o depósito em dinheiro, mas isso vai para as calendas gregas. Não se disciplinou como deveria. Era para que o povo tivesse a reforma agrária sem sobressaltos. Pouco tempo atrás depredaram um laboratório no Rio Grande de Sul, um prejuízo danado. E a reforma agrária não anda. Todos sofrem com isso. De um lado, reclamam porque ela não anda. De outro lado, o proprietário da terra também [sofre]. O instituto para desapropriação para fins de reforma agrária ficou muito aquém do instituto do governo militar.

Fale sobre as pressões que o senhor e os congressistas sofriram na época.

Percorridos 25 anos da promulgação, e mais dois de trabalhos, ninguém se lembra mais com a Constituição foi elaborada. O tempo foi esmaecendo e as coisas vão se tornando diferentes. Quando estávamos para promulgar a Constituição, em julho de 88, o que se dizia nos corredores da Assembleia Nacional Constituinte era que o governo iria fechar a Constituinte. Era que a Constituição, se porventura fosse promulgada, não duraria seis meses. E mais, diziam que o país ficaria ingovernável. Uma coisa que ninguém mais se lembra é que, em julho de 88, o Ulysses [Guimarães] foi para a tribuna e fez um discurso vigoroso dizendo "nós não viemos aqui para ter medo". E fez uma profecia: "esta Constituição terá cheiro de amanhã e não cheiro de mofo". Pois bem. Aqueles catastrofistas devem estar se revirando no túmulo. Quando o [presidente militar Arthur da] Costa e Silva teve o acidente vascular cerebral, quem deveria assumir era o grande jurista Pedro Aleixo, mas a Junta Militar tomou conta do poder e não deixou que ele assumisse. Pois bem. Quando o [Fernando] Collor foi afastado do poder, não foi a Junta Militar que assumiu. Quem assumiu foi o Itamar Franco. E governou até o final. Depois o Fernando Henrique. Foi reeleito. Depois Lula. Foi reeleito. E agora a Dilma [Rousseff]. Se fosse ingovernável, eles não teriam assumido. E todos assumiram à custa da Constituição de 1988. Ela breçou qualquer tipo de crise política. Não tivemos nenhuma crise política para fechar nenhum dos poderes. A história corrige injustiças.

Qual é, na sua opinião, a principal marca da Constituição de 1988? O que a distingue fundamentalmente das anteriores ou das internacionais?

São algumas. Primeiro, o poder que se deu ao Ministério Público contra a corrupção. Segundo, a liberdade de informação. Terceiro, e isso eu fiz porque lá na minha terra, lá no começo, eu fui fundador do sindicato dos jornalistas, consagramos o sigilo da fonte [de jornalistas] no texto constitucional. No governo militar, você era torturado para dizer qual era a fonte. Ou era banido lá para Fernando de Noronha, como fizeram uma vez com o [jornalista] Hélio Fernandes, eu lembro bem disso. Mais? O fim da censura, isso é fantástico. Outra coisa boa é a sustentabilidade, isso que hoje todo mundo está falando. Lá atrás, há 27 anos, nós incluímos o meio ambiente no texto quando ninguém falava nisso. Essa Constituição foi pioneira nisso. E mais, o que todos reconhecem, é que nenhuma outra constituição do mundo tem garantias para a cidadania como a nossa. O fio condutor e filosófico dela é o homem, o ser humano. Ela começa com o homem. O Estado só aparece lá na frente. Nas constituições anteriores do Brasil, todas começavam pelo Estado e só lá pelo artigo 150 começava a parte do ser humano.

Desde a promulgação já foram feitas 80 emendas, o que fez a Constituição crescer quase 40% em número de dispositivos. Por que muda tanto?

Tem uma justificativa. Quando você elege uma Assembleia Constituinte, você elege através do povo, que tem o poder constituinte originário. Mas quando o constituinte originário toma posse, ele embute o poder constituinte derivado. As emendas estão na Constituição. Elas têm de ser usadas por aqueles que estão no parlamento hoje. O que não pode é ficar mudando com emendas que são meramente circunstanciais. Eu nunca

calculei [se são muitas emendas]. Você está dizendo que são 80. Mas pelo menos não mexeram nos direitos e garantias fundamentais.

Na comparação com as Constituições dos outros países, a nossa está no time dos textos grandes. Fazer uma Constituição longa ou enxuta era preocupação dos congressistas naquela época. Havia essa discussão entre vocês? Por que optaram pela grande?

Quem faz a leitura sem nenhum preconceito vai ver que ela foi composta pelo pessoal que participou daquele reencontro que eu te falei. O país estava saindo de uma excepcionalidade institucional para um reordenamento constitucional. Então a Constituição foi mesmo imensa. Ela é prolixa? É. É detalhista? É. Acontece, e aí está a grande virtude, que o constitucionalista colocou no ato das disposições transitórias a necessidade de revisão constitucional cinco anos depois. Em 1993, eu não estava no Congresso, a revisão não foi aproveitada. Daria para fazer pela maioria de votos. Eu acho que desperdiçaram a oportunidade. Se tivesse o aparato dos excessos, ninguém estaria reclamando hoje. Agora tem uma coisa que as pessoas esquecem. Quem poderia prever em 1987 ou 1988 que o muro de Berlim iria cair? Você tinha uma dicotomia do comunismo e do capitalismo. Isso desapareceu. Aquela história de tomar território porque era país mais forte cedeu lugar para uma economia globalizada. Então são momentos muito difíceis. Se você pensar como era lá atrás, verá que não tinha outro caminho.

Na época, o presidente José Sarney interferiu muito pela manutenção do presidencialismo e para assegurar os cinco anos de mandato para ele, não aceitava reduzir de seis para quatro. Mas e nos outros temas, como foi?

Não tenho conhecimento nos outros temas. Nesses dois, sem dúvida, a atuação do pessoal que o apoiava foi decisiva para a derrota do parlamentarismo e para os cinco anos de mandato. Mas nos outros temas não lembro mesmo de ele ter tido interferência direta.

Com base no que a gente vê hoje, parece até estranho imaginar baixa intervenção do governo federal. Na sua opinião, o Tancredo Neves teria influenciado mais?

Provavelmente. Porque o Sarney tinha o estigma ainda de ter sido da Arena, do regime militar. E o Tancredo era mais ligado ao Ulysses, fizeram a campanha Diretas Já.

Há anos fala-se sobre a necessidade de uma reforma política. É difícil achar alguém que julgue o atual sistema eleitoral como ótimo. E é mais difícil ainda achar alguém que não veja uma acentuação dos principais defeitos, como a questão do financiamento das campanhas. O senhor diria que a Constituição falhou nesse capítulo?

Não falhou por uma razão muito simples. Não era um tema que se julgava necessariamente constitucional. E se suponha, eu ainda suponho, que você só fará uma reforma política, uma reforma partidária, uma reforma substancial, no primeiro momento que o presidente da República assumir. Quando ele assume, ele está com uma força, uma simpatia, como se fosse uma noiva da imprensa, uma noiva da opinião

pública. Esse é o momento que ele tem de aproveitar. A partir do segundo ano, os parlamentares já estão pensando em sua reeleição, o próprio presidente passa a pensar em reeleição, em atrapalhar os outros partidos. Aí não terá condições de fazer. Mas digo mais. No sistema presidencialista de governo no Brasil nós nunca teremos partidos fortes. Coalizão partidária só existe no parlamentarismo. No presidencialismo só tem coalizão de pessoas. É por isso que o [ex-deputado Roberto] Cardoso Alves disse aquele "toma lá, dá cá". Ficou assim.

Governo prioriza atenção às famílias já assentadas. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 07/10/2013

O programa de redistribuição de terras no Brasil já beneficiou cerca de 1 milhão de famílias. O governo da presidente Dilma Rousseff tem dado seguidas demonstrações de que não está interessado em ampliar significativamente esse número. O foco das atenções tem sido a melhoria dos assentamentos já existentes.

Essa inflexão está ligada à constatação de que boa parte das famílias assentadas ainda vive na miséria e não consegue produzir alimentos sequer para sua subsistência. Não por acaso, desde a posse de Dilma, vem aumentando o poder e a influência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na definição de estratégias voltadas para a questão agrária.

O objetivo é concentrar as ações nos bolsões rurais de miséria e fazer com que as famílias produzam para a sua subsistência e também para a comercialização. Isso geraria renda e ajudaria no cumprimento das metas de superação da miséria.

2013 tem ‘desapropriação zero’ no campo até agora. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 07/10/2013

Dilma Rousseff ainda não assinou nenhum decreto para distribuir terras; ano deve ser o pior da reforma agrária

Do ponto de vista da redistribuição de terras, 2013 caminha para ser o pior ano da reforma agrária desde o início do período da redemocratização, em 1985. Faltando menos de três meses para o fechamento das atividades do ano, a presidente Dilma Rousseff ainda não assinou nenhum decreto de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, destinando-o para a criação de assentamentos rurais.

Se mantiver a caneta imobilizada, ela vai ficar atrás de Fernando Collor de Mello - o presidente que menos se interessou pela reforma nos 28 anos da redemocratização. Em 1992, ele assinou apenas quatro decretos declarando imóveis rurais de interesse social para a reforma - o menor índice de todos (o maior coube a Fernando Henrique Cardoso, com 845 decretos assinados em 1998).

A ausência de decretos também pode confirmar de maneira cabal a inflexão que Dilma decidiu imprimir ao tratamento da reforma desde o início de seu mandato. Em 2010, prestes a deixar o Palácio do Planalto, o então presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva assinou 158 decretos de desapropriação de imóveis rurais. No ano seguinte, a afilhada política dele baixou a marca para 58. Em 2012, ela manteve o freio e reduziu para 28 decretos.

Na avaliação do Movimento dos Sem Terra (MST), maior organização do País dedicada à luta pela redistribuição de terras, a inflexão se deve à aproximação da presidente com grupos ruralistas que se opõem à reforma. "O governo Dilma é refém do agronegócio", afirma Alexandre Conceição, da coordenação nacional do movimento. Segundo suas informações, existem 150 mil famílias acampadas no País, à espera de lotes de terra. A maior concentração de acampados estaria na Bahia, com 50 mil famílias.

Proveniente daquele Estado, o deputado federal petista Valmir Assunção não poupa críticas a Dilma. Ele tem dito que o governo dela já representa "os piores anos para a reforma agrária no Brasil".

Campanha. O protesto mais bem organizado contra a política do governo, porém, partiu de dentro do próprio governo, entre os engenheiros agrônomos lotados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em briga com o Ministério do Desenvolvimento Agrário por questões salariais, na semana passada eles lançaram uma campanha nacional denominada Falecimento da Reforma Agrária.

Além de divulgarem estatísticas apontando a queda nas desapropriações, realizaram atos públicos nos quais foram usados caixões funerários para a encenação do enterro da reforma.

"A ausência de desapropriações reflete uma decisão do governo, que negligencia há muito tempo a gestão das terras do País. Só não tiveram a coragem ainda de dizer isso à sociedade", diz Ricardo Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, que organizou o protesto.

'O ano não acabou'. O presidente do Incra, Carlos de Guedes, contesta as críticas. Reconhece que ainda não foi assinado nenhum decreto de desapropriação, mas ressalva que o ano não acabou. "No ano passado, disseram que não iríamos assentar nem dez mil famílias e chegamos a 23 mil", afirma.

Guedes também observa que, mesmo sem desapropriações, 10 mil famílias foram assentadas neste ano. "Nós adquirimos imóveis por compra e venda, tivemos destinação de áreas em terras públicas, tivemos governos estaduais destinando terras para a reforma e o Incra entrando junto. São os processos usuais da reforma agrária", diz.

Segundo o presidente do Incra, a maior preocupação do governo no momento não são os decretos de desapropriação. "O grande desafio é viabilizar o assentamento. Não adianta só dar terra", diz. "Estamos implementando mudanças significativas para acelerar a implementação de políticas públicas nos assentamentos. Hoje, quando as

famílias entram na terra, o programa Minha Casa Minha Vida já começa a trabalhar a questão da habitação. Antes, o Incra demorava de quatro a cinco anos para fazer uma moradia."

RJ - Pescadores da Resex Marinha de Arraial do Cabo poderão ser incorporados à reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/10/2013

Entendimentos firmados entre o Incra e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) deverão resultar no reconhecimento dos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, localizada no litoral fluminense, em beneficiários da reforma agrária. As reuniões para discutir o assunto foram realizadas nos últimos dias 2 e 4 de outubro em Arraial do Cabo. Quando aprovada será a primeira vez que o Incra incorpora à sua política, famílias de unidade de conservação marinha.

Com a ação, os trabalhadores da reserva poderão ter acesso às políticas públicas implementadas e articuladas pelo Incra, como os créditos de apoio ao início da atividade rural e os programas Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Minha Casa, Minha Vida dentre outros.

Até o fim do ano deverá ser concluído levantamento sobre o perfil das famílias e a expectativa é que aproximadamente 300 famílias sejam incorporadas ao programa nacional de reforma agrária. Elas já foram classificadas, em um levantamento socioeconômico feito pelo ICMBio, como as mais vulneráveis, por não possuírem outra fonte de renda além da pesca.

No estudo da autarquia ambiental, foram identificadas cerca de 1.620 famílias beneficiárias da unidade de conservação. Além do grupo que será reconhecido em 2013, há ainda outros dois perfis, o de pescadores que possuem outras fontes de renda e as famílias que praticam pesca recreativa. O Incra analisa a possibilidade de incluir, no futuro, outros perfis de famílias na sua relação de beneficiários.

De acordo com Newson Monteiro, uma equipe do Incra deverá ser enviada a Arraial do Cabo ainda neste mês para incluir as famílias que serão beneficiadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Por meio desse sistema, é feito um cruzamento de dados com as bases governamentais, o que resultará na exclusão de famílias que não possuem perfil para beneficiários da reforma agrária e assegura as ações sociais do governo federal para aqueles que possuem o perfil exigido pela lei.

Participaram das reuniões em Arraial do Cabo o diretor-substituto da Diretoria de Obtenção de Terras do Incra, Francisco Nascimento, a chefe do serviço de Controle e Seleção de Família do Incra, Cinair Correia, o superintendente substituto do Incra/RJ, Newson Monteiro, a chefe substituta da divisão de Desenvolvimento do Incra/RJ, Liana

Lima, a coordenadora técnica da Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Arraial do Cabo, Viviane Pacheco, e as analistas ambientais do ICMBio Rafaela Faria e Adriana Trinta.

Menos desapropriações no campo, mais violência: eis o circo dos horrores do Governo Dilma – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 09/10/2013

"Os dados apresentados pela campanha em defesa da reforma agrária, lançada pelo Sindicato dos Peritos Federais Agrários do INCRA, que estão em greve por condições dignas de trabalho, atestam que os Governos Lula e Dilma abandonaram, definitivamente as políticas públicas em reforma agrária. Os dados demonstram que os dois governos do PT desapropriaram menos que os governos de FHC". Confira artigo de Diogo Cabral, advogado da CPT no Maranhão:

(Diogo Cabral- advogado da CPT-MA e FETAEMA)

Estes dados apenas refletem a opção dos sucessivos governos brasileiro por um modelo de desenvolvimento pautado na exportação de commodities agrícolas e minerais, em detrimento do conjunto dos trabalhadores rurais, que são vitimados por uma agenda dos "lucros infinitos", que culmina em assassinatos, despejos, ameaças de morte de centenas de lideranças camponesas brasileiras, bem como o trabalho escravo.

Neste palco dos horrores, onde estrelam figuras como Kátia Abreu (senadora pelo Tocantins e presidente da CNA), Gleisi Hoffmann (Ministra da Casa Civil), Edson Lobão (Ministro das Minas e Energia) e Dilma, se observa um movimento de desconstitucionalização de vários direitos desconstruídos alcançados pelos Movimentos do Sociais do Campo (CONTAG, MST, CPT, CIMI e outros) na Constituinte e concretizadas na Carta Magna, tais como o direito da propriedade definitiva das comunidades quilombolas, os direitos originários dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e o direito à reforma agrária.

Numa ponta oposta, empresas do agronegócio e da mineração, diante da inércia consentida do Governo Federal, avançam sobre áreas de comunidades tradicionais, de agricultores familiares, provocando a morte e destruição dos povos e das florestas e aumentando, numa relação diretamente proporcional com a violência, seus lucros, sempre bilionários.

O Maranhão, um dos estados da federação que apresenta, historicamente, maiores números de conflito agrário e trabalho escravo, viu sua população rural reduzir de 60% em 1996, para pouco mais de 30% em 2013. Para além dos números, observa-se a destruição de comunidades inteiras e seus vários modos de pensar, de produzir e de viver. Uma situação dramática que envolve milhões de migrantes, todos os dias, que se agrupam nas periferias, que morrem nas filas dos hospitais públicos ou que acabam virando escravos.

Aos movimentos sociais, cabe a construção de uma agenda unitária de lutas e mobilizações permanentes para os próximos períodos. As mobilizações da cidade, ocorridas em 2013, servem de exemplo para o conjunto dos trabalhadores rurais e suas organizações. A guerra está em curso, os inimigos são claros. Ou lutamos ou morreremos!

Defesa de fazendeiro acusado de chacina nega haver provas e aponta "omissão" do Estado. Paulo Peixoto – Folha de São Paulo, Poder. 10/10/2013

Os defensores do fazendeiro Adriano Chafik e do seu capataz Washington Silva tentaram desqualificar a denúncia do Ministério Público de Minas Gerais sobre a chacina de Felisburgo (MG) e responsabilizaram o Estado brasileiro por ser "omisso" e "incompetente" na solução para a questão agrária.

O advogado Sérgio Habib, durante os debates com a Promotoria, disse que não há provas que incriminem Chafik, em que pese terem morrido cinco sem-terra na chacina e outros 12 terem sido feridos a bala, entre eles uma criança.

Habib também afirmou que o Estado brasileiro nunca agiu para evitar o conflito no campo agrário com a promoção da reforma agrária. Ele disse que "todos os governos que passaram pelo Brasil foram incompetentes para fazer a reforma agrária que o país precisa".

"O Estado que se omitiu hoje se apresenta na linha de frente para acusar", disse o advogado, que atacou inicialmente o PT e depois citou também o PSDB, o PTB e disse que "tem que prender essa corja de governantes".

"Estou em uma tribuna livre e posso falar o que quiser, tenho imunidade judiciária. Agora, é muito bonito vir aqui para assistir a desgraça de um fazendeiro", disse o advogado, referindo-se à presença de deputados petistas e representantes de direitos humanos que assistem ao julgamento no fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

A família de Chafik grilou (apropriou-se indevidamente) 568 hectares de terras devolutas (estatais mas sem uso público), conforme reconhecido pela Justiça. A área é anexa a uma área total de cerca de 2.000 hectares da fazenda Nova Alegria, cenário da chacina. Foi essa área apropriada indevidamente que os sem-terra invadiram.

Por causa disso, segundo a denúncia, o fazendeiro levou 14 homens para destruir o acampamento dos sem-terra ligados ao MST, ocasionando os mortos e feridos.

Três advogados se revezaram na defesa dos réus. Todos eles seguiram a mesma linha: a falta de provas e a "falência do Estado", conforme frisou o defensor Rogério Santiago.

Agricultores invadem local de cerimônia de Dilma no RS – Folha de São Paulo, Poder. 11/10/2013

Agricultores do interior gaúcho fazem um protesto em Novo Hamburgo (RS) dentro do centro de eventos onde a presidente Dilma Rousseff participará de cerimônia na tarde desta sexta-feira (11).

Os manifestantes, ligados à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), estão em frente ao palco que será usado em uma formatura de alunos de um programa federal. Os agricultores protestam contra a demarcação de terras indígenas no Estado e pedem ajuda do governo federal.

Os manifestantes são da região norte do Rio Grande do Sul, onde há disputas de terras entre pequenos proprietários e comunidades indígenas. A dirigente da federação Cleonice Back afirma que nas últimas semanas os indígenas invadiram propriedades e que não há avanço nas negociações.

"Queremos falar com a presidente sobre uma saída para os nossos agricultores, que estão sendo expulsos de terras onde estão há mais de cem anos."

Os agricultores estimam em 300 o número de manifestantes e dizem que só sairão do local se houver um encontro com a presidente.

Os atritos entre indígenas e agricultores no Estado se intensificaram neste ano. Em agosto, índios fizeram um protesto em frente ao palácio do governo em Porto Alegre que acabou em confronto com a polícia. O governo do Estado prometeu ajudar a pagar indenizações aos agricultores.

A Prefeitura de Novo Hamburgo, que organiza a cerimônia, e a direção do centro de eventos ainda não se manifestaram.

Além da formatura, Dilma também deverá inaugurar uma escola em Novo Hamburgo.

Movimentos do campo barram acesso a ministério. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 16/10/2013

Manifestantes dos movimentos sociais do campo ocuparam a sede do Ministério da Agricultura na manhã desta quarta-feira. Militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) e de outras organizações bloquearam todos acessos ao prédio do Ministério da Agricultura, impedindo a entrada dos servidores.

As organizações informaram que só irão desbloquear as entradas após serem recebidos pelo ministro da Agricultura, Antônio Andrade. Assessores do ministro estão organizando a audiência ainda para a manhã de hoje. No encontro com Andrade, deverão participar dez representantes dos movimentos sociais.

A manifestação faz parte do movimento nacional "Levante Unitário de Lutas do Campo", que começou ontem e vai até a próxima sexta-feira. Manifestantes também ocuparam nesta manhã os prédios da Secretaria da Fazenda de Goiás e da Superintendência do Ministério da Agricultura em Goiânia.

Segundo os organizadores, o objetivo da mobilização é reivindicar que o governo promova desapropriação de terras para a reforma agrária, institua uma política econômica de crédito para os agricultores e resolva a questão das dívidas dos pequenos produtores rurais.

Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST, disse que a manifestação nacional "faz parte das ações conjuntas dos movimentos sociais para enfrentar o agronegócio e pressionar o governo para que desenvolva políticas públicas agrárias para o campo".

Dilma resgata tema ambiental e promete atenção à reforma agrária. Daiene Cardoso e Rafael Moraes Moura – O Estado de São Paulo, Política. 17/10/2013

No momento em que Marina ganha espaço no cenário eleitoral, presidente anuncia plano de agroecologia e fala de investimento de R\$ 4,5 bi no setor

Brasília - Ao lado da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a presidente Dilma Rousseff disse nesta quinta-feira, 17, que a execução do plano de agroecologia é compromisso do seu governo e prometeu fazer desapropriações de terras para a reforma agrária até o fim do ano.

"É possível uma produção rural compatível com o meio ambiente", afirmou a presidente durante o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agronegócio, em Brasília. O programa era discutido no governo há dois anos e o lançamento, antes previsto para junho, foi adiado em razão das manifestações.

Agora, o anúncio ocorre no mesmo momento em que a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PSB-AC) ganha espaço no debate eleitoral após a aliança com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). A temática ambiental é a principal bandeira do discurso da ex-ministra, que nessa semana fez ataques à gestão petista.

Durante o discurso dessa quinta, Dilma afirmou que o governo também pretende ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) - alvo de suspeitas de irregularidades apuradas pela Polícia Federal - e incentivar a produção agrícola de baixo carbono, ou seja, que envolve técnicas agrícolas sustentáveis. "Nós queremos também uma produção agroecológica", disse. Ao falar sobre os investimentos no setor, a presidente informou que foram direcionados mais de R\$ 4,5 bilhões em agricultura de baixo carbono na safra de 2013-2014.

Reforma agrária. Dilma anunciou ainda que o governo prepara um decreto com 100 desapropriações para a reforma agrária até o final do ano. "Vamos seguir trabalhando juntos, cada um com sua visão, por uma agricultura sustentável", defendeu.

No início do mês, o Estado mostrou que, até esse momento, o governo Dilma não assinou nenhum decreto de desapropriação de imóvel rural para fins sociais. A falta de medidas dedicadas a essa área vem rendendo críticas frequentes de movimentos sociais à petista.

Ao final do discurso, Dilma prometeu levar creches e profissionais do Programa Mais Médicos para o meio rural.

Deputado pede fim de 'compensação financeira' à Funai. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 17/10/2013

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) protocolou na Mesa Diretora da Câmara, a pedido da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), projeto de decreto legislativo que propõe a suspensão da Instrução Normativa (IN) 1, editada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em janeiro de 2012. Leitão afirma que a instrução normativa estabelece "compensação financeira" (indenização) nos empreendimentos realizados dentro ou no entorno das terras indígenas, "o que tem impedido a implantação de projetos e investimentos em muitas regiões do País".

De acordo com ele, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) teve o maior impacto das exigências da instrução. "Para exigir tais indenizações, a Funai chegou ao deslante de criar um tal de Programa Básico Ambiental (PBA), novo mecanismo usado para tomar dinheiro, muito dinheiro, não só do Dnit como também das empreiteiras que executam obras na região", diz.

Leitão afirmou que o programa foi criado pela Funai "para dar uma feição de legalidade a essas barbaridades". O deputado do PSDB de Mato Grosso lembra que o avanço de obras de transporte e de energia nas Regiões Norte e Centro-Oeste transformou o chamado componente indígena em peça-chave do processo de licenciamento ambiental.

"Essa influência progressiva tem determinado a inviabilidade, o alto custo e, principalmente, o atraso de grandes projetos de logística do País. Como se vê, a Funai emperra o desenvolvimento do Brasil e engessa os avanços do agronegócio", acusa. Leitão cita um levantamento sobre os programas propostos pela Funai, aprovados ou ainda em discussão, que mostra exigência de inúmeras ações compensatórias.

O deputado do PSDB cita as propostas de demarcação e desapropriação ou aquisição de mais áreas (terras) para os indígenas; e compras de carros de passeio; utilitários 4X4; tratores; máquinas agrícolas; caminhões, e ambulâncias. A empresa doadora também se compromete com a manutenção e abastecimento dos veículos até o término das obras.

Segundo Leitão, o Dnit é obrigado a executar mais de 800 ações, as quais incorrem em complexos processos de licitação e de contratação para atender às exigências da Funai, "muitas vezes sem relação concreta da causa e efeito com os impactos de obra". Conforme o deputado, os programas que são implantados pela Funai para atender ao "componente indígena" na construção de rodovias totalizam até o momento cerca de R\$ 172 milhões.

Governo publicará até o fim do ano cem decretos para reforma agrária. Evandro Éboli – O Globo, País. 17/10/2013

Dilma cobra de Pepe Vargas qualidade em assentamento. Ministro diz que não pode fazer tudo sozinho e divide responsabilidades

BRASÍLIA - O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, anunciou nesta quinta-feira que até 31 de dezembro irá publicar cem portarias de desapropriação de terra para reforma agrária. O anúncio foi feito ao lado da presidente Dilma, durante a cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico, que destinará R\$ 8,8 bilhões para esse tipo de produção de alimentos. Nos dois primeiros anos de governo, Dilma promoveu o assentamento de pouco menos que 44 mil famílias, a pior marca desde o governo Fernando Henrique.

- Até o dia 31 de dezembro, nós estamos assumindo um compromisso de colocar cem decretos de desapropriação para a reforma agrária no nosso país. Já nos próximos dias sairão os primeiros - disse Pepe Vargas, ovacionado pelos presentes.

Ao encerrar o evento, Dilma, talvez para surpresa do ministro, fez uma cobrança e disse que exigia que esses assentamentos fossem de qualidade. E que faltou o ministro dizer isso.

- São cem decretos, mas o Pepe tem um pouco mais de decreto. Mas preferiu assumir um pouco menos. Então, são cem decretos líquidos de desapropriação até dezembro - disse Dilma, que continuou no assunto:

- Mas avançou (a reforma agrária) no método de fazer. O que o Pepe não explicou, mas tinha de ter explicado, é que estamos garantindo a sustentabilidade (aos assentamentos). Os assentamentos estavam em lugares que não tinham como se instalar. Considero que o ministro está fazendo um grande esforço para melhorar, e não só apoio, como exijo - disse Dilma.

No final da cerimônia, o ministro disse, em entrevista, que as críticas da presidente são positivas, mas que é preciso superar a ideia de que o Incra - vinculado ao seu ministério - é o único responsável por qualificar os assentamentos.

- É preciso superar a ideia de que só o Incra é o responsável por políticas públicas dentro dos assentamentos. Precisa de estrutura como água, luz, estrada, energia elétrica, enfim. O Luz Para Todos mostra ser possível atender a reforma agrária. E é um

programa do Ministério das Minas e Energia. O Água Para Todos, que envolve outros ministérios, também. Doamos retroescavadeira e caminhões caçambas para tratar das estradas municipais. Temos também, pela primeira vez, o Minha Casa Minha Vida do meio rural - disse Pepe Vargas.

- A presidente faz essas cobranças a todos os ministros. A toda hora e a todo o momento e a cada despacho que faz. É bom uma crítica positiva da presidente - disse o ministro.

O objetivo do governo com o plano é, em três anos, ampliar de 10 mil para cerca de 50 mil os produtores brasileiros de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos. O ministro da Agricultura, Antônio Andrade, que estava presente, foi vaiado pelas cerca de 1,5 mil mil pessoas que lotavam o espaço. Esse ministério é associado como um aliado dos ruralistas e defensor do uso de agrotóxicos na agricultura.

Comissão aprova definição sobre trabalho escravo. Chico de Góis – O Globo, Ciência. 17/10/2013

Parecer aprovado na comissão mista sobre o assunto cria condições para desapropriar imóveis onde for constatada a prática

BRASÍLIA - A comissão mista para a consolidação da legislação federal e regulamentação da Constituição aprovou nesta quinta-feira parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que define o que é trabalho escravo e cria condições para a desapropriação de imóveis urbanos e rurais onde for constatada tal prática. O texto irá para votação em plenário do Senado. Depois dessa aprovação, de acordo com Jucá, os senadores votarão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do mesmo tema. Ele acredita que não haverá problemas na aprovação porque o assunto já foi negociado com os líderes.

O projeto de lei aprovado nesta quinta-feira considera como trabalho escravo "a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação ou que se conclui de maneira involuntária ou com restrição da liberdade pessoal; o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador com o objetivo de retê-lo no local de trabalho; a manutenção de vigilância ostensiva ou apropriação de documentos pessoais e a restrição de locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

Os imóveis onde forem constatadas práticas ilegais poderão ser confiscados e utilizados para a reforma agrária ou para a construção de residências populares. No entanto, Jucá alterou o texto originário do governo, que previa que essa desapropriação poderia ocorrer sem que o processo tivesse transitado em julgado.

Além disso, o relator também retirou da proposta do governo a expressão que considerou genérica, como o que caracterizava como trabalho escravo o excesso de horas trabalhadas. Na opinião de Jucá, se essa frase permanecesse no texto, a mulher,

por exemplo, poderia processar o marido porque, além de trabalhar fora, exerce as funções domésticas.

- Algumas propostas encaminhadas pelo governo não foram aceitas porque eram muito genéricas - disse Jucá.

Na opinião do presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), as alterações propostas deixaram o projeto mais claro e objetivo.

- O mais importante é que teremos uma legislação para caracterizar a expropriação de terras e imóveis no caso do trabalho escravo. É um avanço na legislação brasileira.

Projeto que expropria terras com trabalho escravo é aprovado no Senado. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 17/10/2013

Comissão do Senado aprovou nesta quinta-feira (17) projeto que determina a expropriação de terras onde for identificada a prática de trabalho escravo. Os imóveis rurais e urbanos que forem expropriados serão destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem indenização ao proprietário.

Pelo projeto, a expropriação deve ocorrer após sentença judicial transitada em julgado (decisão final sem a possibilidade de recursos). A expropriação não isenta o proprietário de outras sanções penais, como a prisão, previstas pela legislação.

Segundo o projeto, os imóveis e propriedades rurais que não forem passíveis de destinação à reforma agrária ou programas de habitação popular poderão ser vendidos. Os valores serão remetidos a um fundo, criado pelo projeto especialmente para esta finalidade.

Já os bens de valor econômico que forem apreendidos em decorrência de trabalho escravo ou tráfico ilícito de drogas, segundo o projeto, serão confiscados e revertidos ao mesmo fundo.

Chamado de Funprestie (Fundo Especial de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins), o fundo deve promover atendimento emergencial aos trabalhadores resgatados de trabalho escravo ou ações de combate e prevenção ao tráfico ilícito de entorpecentes. Também deve oferecer condições "dignas" de retorno ao trabalhador resgatado, assim como oferecer cursos de capacitação.

O projeto diz que o fundo também será composto de valores decorrentes dos leilões dos bens expropriados, recursos orçamentários da União e créditos adicionais que lhe forem atribuídos, além de doações e contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e de pessoas físicas. Também pode receber recursos de convênios firmados com instituições públicas e privadas e rendimentos de aplicações financeiras em geral.

O texto foi aprovado na comissão especial do Congresso que regulamenta dispositivos da Constituição Federal. Para entrar em vigor, ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

A Câmara já aprovou PEC (proposta de emenda constitucional) que prevê a expropriação de terras onde se pratica trabalho análogo à escravidão no Brasil --mas não há regulamentação de como isso deve ocorrer. A proposta de emenda constitucional ainda precisa ser aprovada no plenário do Senado.

Relator da comissão, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que seu objetivo é viabilizar a aprovação conjunta das duas propostas, para que a emenda constitucional não fique sem regulamentação após aprovada --já que o objetivo do projeto aprovado hoje é justamente regulamentar a PEC, mesmo sem ela estar ainda em vigor.

TERRAS PÚBLICAS

Pelo projeto, se for identificado trabalho escravo em propriedades da União, Estados, Distrito Federal ou municípios, ou de empresas públicas e sociedade de economia mista, a responsabilidade penal será atribuída ao respectivo gestor.

O texto também diz que a ação expropriatória de glebas em que for identificado o trabalho escravo deve observar a lei processual civil.

O projeto ainda estabelece o conceito legal de trabalho escravo, aquele onde houver submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui da maneira involuntária ou com restrição da liberdade pessoal.

Também é considerado trabalho escravo a submissão a jornada exaustiva, se o trabalhador for sujeito a condições degradantes de trabalho ou ficar impedido de se locomover em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

O cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, a manutenção de vigilância ostensiva ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador também são consideradas trabalho escravo.

SP: Incra desapropria mais um imóvel para a reforma agrária na região de Andradina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo recebe nesta sexta-feira (18/10) a posse da fazenda São Rafael, no município de Lavínia, região de Andradina (SP). O imóvel tem 735 hectares e o processo de desapropriação foi iniciado em 2001.

A fazenda foi considerada improdutiva após vistoria realizada em dezembro de 2001. Em 4 de dezembro de 2002, foi publicado decreto presidencial declarando a propriedade de interesse social para fins de reforma agrária. O Incra solicitou a imissão na posse do imóvel à Justiça Federal em 4 de outubro de 2004.

Na ocasião, a fazenda foi avaliada para fins de indenização em R\$ 3.631.031,40, montante depositado pelo Incra em juízo. Desse total, R\$ 3.528.695,01 correspondiam ao valor da terra nua, que é indenizado em Títulos da Dívida Agrária (TDA). As benfeitorias foram avaliadas em R\$ 102.336,39, quantia depositada em moeda corrente.

A região de Andradina possui a maior concentração de assentamentos federais do estado de São Paulo. São 40 assentamentos, distribuídos por 13 municípios, onde vivem e trabalham aproximadamente 3,5 mil famílias.

Dilma anuncia cem decretos para reforma agrária até o fim do ano. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 17/10/2013

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quinta-feira (17) que o governo irá publicar até o fim deste ano cem decretos para desapropriação de terras destinadas à reforma agrária. O anúncio foi feito durante o lançamento do plano Brasil Agroecológico, em Brasília, a uma plateia de representantes de movimentos sociais ligados à terra.

Trata-se do primeiro anúncio efetivo de ampliação da reforma agrária desde a mudança no modelo, no início do ano. Antes, para desapropriar uma fazenda, a Presidência precisava ter somente um laudo demonstrando que o local era improdutivo. Agora, com as novas regras, será necessário também um estudo que comprove a capacidade de geração de renda do imóvel.

O Plano Brasil Agroecológico atinge área de militância histórica da ex-senadora e virtual candidata à Presidência, Marina Silva (PSB-AC).

"Eu quero informar a vocês que o ministro Pepe Vargas [Desenvolvimento Agrário] e seu ministério assumiram comigo o compromisso de ter cem decretos --ele tem um pouco mais de decreto, mas vai assumir um pouco menos, porque pode dar algum problema. Mas ele assumiu cem decretos líquidos neste ano, já prevendo eventuais problemas que possam ocorrer", disse Dilma.

"Tem lugares em que as famílias não tinham como se sustentar. Eu considero que o ministro está fazendo um grande esforço para melhorar a qualidade do decreto", completou.

A uma plateia de agricultores familiares, assentados, extrativistas, aquicultores, pescadores, povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos --isto é, pessoas afins ao discurso de sua opositora--, Dilma fez acenos, prometeu avanços e admitiu que o projeto do governo "não é perfeito".

"Ele é perfeito? Ele não é perfeito, não. Se ele fosse perfeito, não seria produto nosso. Ele nasce muito bom, fruto da participação de todos vocês. Mas nós vamos ter de aperfeiçoá-lo sempre", discursou.

PROGRAMA

Conforme a Folha antecipou na última terça-feira (15), Dilma planejava desengavetar o programa, que atinge em cheio área de militância histórica da ex-senadora Marina Silva (PSB-AC). Com isso, o governo desembolsará, ao longo de três anos, R\$ 8,8 bilhões para crédito agrícola, assistência técnica e extensão rural, inovações tecnológicas e compra de alimentos para programas federais.

Criado por meio de decreto no ano passado, o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica está pronto desde junho passado e, mesmo sob pressão de entidades do setor, não havia sido formalmente lançado.

Após reuniões com o segmento, a promessa do governo era que o programa fosse anunciado no mês passado, quando o Planalto ainda não tinha definido todos os recursos para a área. A ideia é também estimular o uso e a conservação de recursos naturais, adotando práticas que promovam a "soberania alimentar", a "valorização da agrobiodiversidade", sempre com ações "sustentáveis".

A Rede Sustentabilidade, sigla idealizada por Marina Silva defende, em outras palavras, práticas semelhantes. O partido defende a "democratização do acesso à terra e uma política agropecuária que recupere a função estratégica do setor para a segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos nossos biomas".

Terra Legal apresenta avanços da regularização fundiária no Senado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013

Os avanços da regularização fundiária desenvolvidos pelo programa Terra Legal, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram apresentados, nesta quinta-feira (17), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Durante a audiência, Sérgio Lopes, secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA) destacou a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento sustentável da região.

"O principal papel do Terra Legal é dar destino as terras federais nos nove estados da Amazônia Legal, ampliando a gestão das terras na região. Atuamos na titulação de agricultores, sem esquecer que destinar as terras federais na região é fundamental para o desenvolvimento do município", afirmou Lopes ao salientar que o papel do Terra Legal vai além da entrega de títulos, avançando na gestão da malha fundiária amazônica.

O secretário explicou aos senadores as ações desenvolvidas para ampliar a presença do

estado e a gestão de terra na região. Ele ainda realçou que recentemente o Terra Legal criou uma Câmara Técnica que tem atuando na análise da destinação de glebas tanto para a preservação quanto para o desenvolvimento regional. "A Câmara Técnica já começou a demonstrar resultados, com a destinação de mais de 900 mil hectares para a preservação ambiental no estado do Amazonas. Provamos que é possível agilizar este processo", avaliou.

Outro ponto abordado por Sérgio Lopes durante a audiência é a necessidade de cooperação entre o Governo Federal, estados, municípios e sociedade civil para efetividade do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. "É importante lembrar que somente com forte parceria entre todos os níveis de governo e com os movimentos sociais vamos conseguir ampliar o acesso dos agricultores aos títulos de suas propriedades", afirmou ao salientar que o título de terra funciona como uma porta de entrada para um conjunto de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como meta resolver os problemas de regularização fundiária Amazônia Legal. Seu objetivo é a regulamentação de terrenos ocupados por posseiros em terras públicas federais chamadas de "não destinadas". Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores de agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do Programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade de agricultores familiares.

Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Regularização fundiária e ambiental chega a São Félix do Xingu, no Pará. – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/10/2013

Objetivo é auxiliar os produtores rurais a atuar dentro da legalidade ambiental e fundiária

A partir do próximo mês, o município de São Félix do Xingu (Pará) receberá apoio dos governos federal e municipal para regularização fundiária. A iniciativa, liderada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Projeto Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento em São Félix do Xingu (Pacto Xingu) em parceria do

Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Terra Legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (Semmas), promoverá a regularização fundiária de glebas públicas e projetos de assentamentos.

A proposta é realizar o georreferenciamento das glebas federais Oeste, Xingu e São José e Projetos de Assentamentos Pombal e Barra Mansa. Segundo o representante do Programa Terra Legal, Raimundo Castanheira, no caso das glebas federais o programa irá focar seu trabalho nessas áreas, pois o georreferenciamento de seus limites já foi realizado e está em fase de certificação. Além disso, serão priorizados os imóveis que possuem Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o processo de regularização fundiária pelo Programa Terra Legal e também serão analisados outros critérios para a titulação, como ocorrência de desmatamento.

LEGALIDADE

O objetivo das ações de regularização fundiária e ambiental no município de São Félix do Xingu é auxiliar os produtores rurais para que possam produzir dentro da legalidade ambiental e fundiária. “A regularização fundiária é um tema recorrente em todo o país. É importante formar parcerias para que juntos possamos unir forças e garantir a realização da regularização fundiária em São Félix do Xingu, o que beneficiará o município e seus moradores”, afirmou Nazaré Soares, coordenadora nacional do Projeto Pacto Xingu.

Dando início às atividades de georreferenciamento do município, foi apresentada a distribuição espacial das propriedades com Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas três glebas selecionadas. Foi então constatado que a maioria das glebas tem mais de 80% das propriedades com até quatro módulos fiscais, e, por isso, foi tomada a decisão de priorizá-las nesta primeira ação. Segundo ele, o Projeto Pacto Xingu, em suas diversas ações, identificou que a irregularidade fundiária interfere no desmatamento ilegal no município, pois os proprietários que não possuem a terra de forma oficial não têm o mesmo zelo com a terra.

ASSENTAMENTOS

Outra iniciativa promovida pelo governo federal em São Félix do Xingu é a parceria entre MMA e Incra para a regularização fundiária nos Projetos de Assentamentos (PAs) Pombal e Barra Mansa, incluindo atividades de georreferenciamento e implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Segundo Rejane Cicerelli, especialista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, além da legislação, é necessário realizar um diagnóstico minucioso visando, simultaneamente, identificar as famílias existentes e demarcar os espaços topográficos ocupado por elas. “Dessa forma, é possível garantir a segurança jurídica para as famílias agricultoras do PA acessarem créditos de entidades bancárias ou financeiras, bem como iniciar os processos de recuperação de áreas degradadas e de conscientização das famílias para o uso sustentável da terra”.

O projeto “Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento em São Félix do Xingu” (PA) é uma iniciativa coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Comissão Europeia (CE) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), com o engajamento de instituições federais, municipais e estaduais, representações do setor produtivo, setor privado e organizações da sociedade civil, com atuação no município.

Além de contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia e das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, o projeto objetiva suprir o município de instrumentos adequados de gestão territorial e ambiental para o monitoramento e controle do desmatamento. A intenção é tirá-lo da lista dos que mais desmatam na região, instrumentalizando-o para a execução de padrões sustentáveis de produção e de promoção de melhorias na qualidade de vida das populações locais.

Desenvolvimento sustentável. Elvino Bohn Gass – O Globo, Opinião. 21/10/2013

TEMA EM DISCUSSÃO: Futuro da reforma agrária

Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência, havia no Brasil mais de 240 mil famílias sem terra acampadas. Assentá-las, com todas as condições para a produção agrícola, gerando renda e dignidade no campo, era o que precisava ser feito. E foi. Desde então, o Brasil realizou a maior revolução em políticas públicas para o meio rural, assentando mais de 600 mil famílias em aproximadamente 85 milhões de hectares de terras.

Combinada com o PAC, a nova Política de Reforma Agrária levou estradas aos assentamentos; o Programa Terra Sol ofereceu infraestrutura para o beneficiamento da produção; o Pronera, educação para jovens e idosos do campo; e o Minha Casa, Minha Vida, habitação rural adequada. Por intermédio do Plano Safra da Agricultura Familiar, levou-se assistência técnica e extensão rural a mais de 300 mil famílias por ano; recursos do Pronaf alcançaram R\$ 6,4 bilhões; e os mercados institucionais de compras públicas permitiram que o alimento da agricultura familiar e da reforma agrária chegasse às escolas públicas e às entidades assistenciais.

Essa dinâmica de integração de políticas tem funcionado. Recente estudo da FGV constatou que a redução na desigualdade social no meio rural alcançou 8,3%, bem superior aos 6,5% da média histórica brasileira; e verificou que o índice de Gini, que afere a desigualdade social, indicou o valor de 0,489, ou seja, 10,3% inferior ao detectado no país. Resultados satisfatórios, mas insuficientes. Ainda somos o país de concentração fundiária, o campeão em uso de agrotóxicos nas lavouras e o que ainda emprega mão de obra em condições análogas à de escravidão.

No governo Dilma, a reforma agrária está acelerando e qualificando esta integração de políticas em desenvolvimento, dando eficiência à implementação das políticas públicas e dotando o Incra de capacidade operacional para oferecer ao seu público os serviços necessários. Reforma agrária, agora, se faz, também, com o Plano Brasil sem Miséria, o PAC, o Brasil Carinhoso, o Bolsa Família, entre outros.

Essa nova rota da reforma leva em conta características das famílias assentadas, que orientam as ações do Incra e do MDA. Exemplo: abordar com políticas públicas de inserção nos mercados e de suporte tecnológico as famílias de agricultores mais avançadas economicamente e organizadas coletivamente; e ampliar o escopo ambiental das políticas públicas para as comunidades que estão sobretudo na Amazônia. Outra ação é atuar no conjunto das famílias pobres e extremamente pobres.

Nos dez anos de governo do PT, o meio rural tem respondido à altura das oportunidades ofertadas e o país, como um todo, vivencia enormes mudanças sociais e econômicas. Contudo, uma reforma agrária realizada em todo o território nacional, que democratize o acesso à terra e combata as desigualdades no meio rural, continua sendo uma estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Elvino Bohn Gass é deputado federal (PT-RS) e secretário nacional agrário do partido

Melhorar o que existe – O Globo, Opinião. 21/10/2013

TEMA EM DISCUSSÃO: Futuro da reforma agrária

A reforma agrária, como qualquer política pública, pode ser avaliada por meio de estatísticas frias — número de assentados, por exemplo —, mas também, de forma mais ampla, pela qualidade dos assentamentos. E, por esta ótica, a situação é preocupante.

A ponto de o próprio governo Dilma ter decidido suspender a cessão de terras, para concentrar os esforços em corrigir os graves desvios observados em muitos assentamentos. Mas, semana passada, anunciou a retomada de desapropriações, num ato claramente condicionado ao calendário eleitoral.

O resultado da visão de que quanto mais terras para a reforma agrária, melhor foi mostrado em reportagens do GLOBO: assentamentos sem qualquer infraestrutura que lhes permita sobreviver sem a ajuda do governo. Estradas precárias, falta de assistência técnica, problemas no abastecimento de água são algumas das distorções decorrentes de falta de planejamento oficial que convertem vilas de assentados em favelas rurais. Nelas, aspirantes a agricultores sobrevivem apenas devido ao Bolsa Família e a cestas básicas distribuídas pelo poder público.

Na Amazônia, a incúria foi tamanha que famílias desassistidas pelo Incra se transformaram em vetores de desmatamento, pois a madeira era (e é) a sua única fonte de sustento imediato. Há fotos de satélites que atestam o desastre social e ambiental da ocupação predatória da região feita em nome da reforma agrária.

A desaceleração na distribuição de terras está em linha com um fato incontestável: a necessidade da reforma agrária, bandeira que faz parte da História do Brasil, à direita e à esquerda, foi tirada da agenda do país pela própria modernização do campo. O “latifúndio improdutivo” virou figura de retórica, o agronegócio o tornou produtivo.

O próprio fim da superinflação acabou com o entesouramento de terras para fins de reserva de valor. Foi uma época em que até os bancos procuravam ampliar a rede de agências com imóveis próprios, para proteger os ativos da corrosão do poder de compra da moeda.

O crescimento mesmo da agricultura empresarial puxou a agricultura familiar. É conhecida a experiência, no Sul, em que grandes grupos da agroindústria se articulam com extensas malhas de fornecedores constituídos de pequenos proprietários. Não há qualquer contradição entre eles, ao contrário. E é devido à multiplicidade de arranjos produtivos — grandes áreas cultivadas com grãos e destinadas à agropecuária, como indicado, e pequenas e médias propriedades eficientes articuladas com a agroindústria — que tornou o Brasil uma potência agrícola.

E, além de tudo, o processo de migração para as cidades, clássico numa sociedade em modernização, reduziu o número dos beneficiários em potencial de uma reforma agrária. O correto, então, é mesmo melhorar o que já foi feito. Mas, infelizmente, as eleições levam Dilma na direção oposta.

Juventude rural de nove países latinos debaterão políticas de acesso à terra e sucessão rural durante seminário no Brasil – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG). 25/10/2013

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) sediará o Seminário Internacional da Juventude Rural pela Reforma Agrária e Crédito Fundiário que reunirá cerca de 65 jovens rurais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. A atividade ocorrerá no período de 29 a 31 de outubro, em Brasília, e terá como um dos objetivos criar um espaço de articulação para formular análises críticas sobre as políticas de juventude, de integração e cooperação desenvolvidos pelos governos no âmbito rural.

Logo no primeiro dia do seminário está prevista a realização de uma conferência sobre a conjuntura agrária internacional e a sucessão juvenil. Este momento contará com a presença de especialistas sobre esta temática na América Latina, como Luis Caputo e Martine Dirven.

Também estão programados trabalhos em grupos para a elaboração de diagnóstico da realidade social juvenil, que será importante para o planejamento das ações para os próximos anos para dar visibilidade à juventude rural em todo o mundo, principalmente durante o Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014 e nos preparativos do Ano Internacional da Juventude Rural em 2015.

No último dia, 31/10, será feita a leitura e entrega da Carta Política da Juventude presente no seminário, direcionada às autoridades brasileiras e dos outros oito países representados.

O evento será bilíngue (português e espanhol) e está sendo organizado pelas Secretarias de Jovens, de Política Agrária e pela Vice-Presidência e Secretaria de Relações Internacionais da CONTAG. A Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) está como parceira.

“Para nós, esse será um momento de extrema importância, porque teremos a oportunidade de dialogar com jovens de outros países e de conhecer as experiências desses locais. Por meio deste intercâmbio com países da América Latina, consolidaremos uma aliança internacional que fortalecerá nossa luta em torno do direito da juventude permanecer no campo com renda e cidadania”, afirmou a secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, Mazé Morais.

Presidenta Dilma decreta oito áreas para fins de reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013

A presidenta Dilma Rousseff decretou a desapropriação de oito áreas para fins de reforma agrária em seis estados. Os decretos foram publicados no Diário Oficial da União desta sexta-feira (25). Foram desapropriados imóveis nos estados da Bahia, Goiás, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. Juntos os imóveis somam uma área de 3.482 hectares com capacidade para receber 158 famílias. Confira aqui os decretos na íntegra.

Esses são os primeiros decretos de um total de 100 destinando novas áreas para a reforma agrária até o final do ano, conforme anúncio feito pela Presidenta durante a participação dela no lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (CNDRSS), no último dia 17.

Os imóveis desapropriados antes eram utilizados para a pecuária extensiva ou não desenvolviam nenhuma atividade, descumprindo a função social prevista na Constituição Federal. Os 100 processos de desapropriação somam uma área de aproximadamente 200 mil hectares, podendo beneficiar até 5.050 famílias.

Próximos passos

Após a publicação dos decretos, o Incra promove a avaliação do imóvel, para definir o valor da indenização, que é paga em Título da Dívida Agrária (TDA), emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Depois de realizado o depósito da TDA, o Incra ajuíza ação pedindo a posse no imóvel. Na sequência, o Incra recebe da Justiça a posse legal dos imóveis e estará apta a dar início ao processo de criação do assentamento e homologação das famílias.

As famílias que serão assentadas estarão inscritas no Cadastro Único e já contarão com a rede de proteção social do Governo Federal. Na fase inicial de criação do

assentamento, o Incra investe em infraestrutura como estradas e água para consumo. As moradias das novas áreas serão asseguradas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Depois de instaladas as famílias receberão assistência técnica, também oferecida pelo Incra, e apoio à produção para garantir a segurança alimentar. O excedente poderá ser comercializado via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com estudos prévios realizados pelo Incra, as áreas decretadas tem potencial para pecuária leiteira, criação de pequenos animais, fruticultura, horticultura, entre outros.

Até o momento o Incra já criou 40 assentamentos e assentou 14 mil famílias. No mesmo período do ano passado, foram assentadas 5.225 famílias, em 67 áreas.

Áreas decretadas pela presidente Dilma Rousseff

ÁREAS DECRETADAS PELA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF DOU 25.10.2013					
ESTADO	MUNICÍPIOS	FAZENDA	ÁREAS	FAMÍLIAS	CAPACIDADE PRODUTIVA
Bahia	Morro do Chápeu	Eldorado	492 ha	15	Biodiesel (mamona), feijão, melancia, mandioca, horticultura e caprinocultura.
Goiás	Panamá	Panamá Salinas	488 ha	19	Pecuária leiteira, grãos para biodiesel, fruticultura e horticultura.
Santa Catarina	Rio Negrinho	Butiá	700 ha	40	Pecuária leiteira, criação de pequenos animais, fruticultura, olericultura e raízes tuberosas.
Sergipe	Poço Verde	Baixa do Cumbe	204 ha	10	Pecuária leiteira, feijão e milho.
Sergipe	Coronel Sá	Serrote da porteira	393 ha	14	Pecuária leiteira e de corte e feijão.
Sergipe	Tobias Barreto	Barroca Funda	251 ha	12	Feijão e mandioca.
São Paulo	Paulistânia	Tropical	436 ha	37	Pecuária extensiva.
Tocantins	Silvianópolis	Santa Tereza II	518 ha	12	Pecuária leiteira, avicultura e suinocultura.
TOTAIS			3.482 ha	158	

GO: Comunidade quilombola Tomás Cardoso é reconhecida pelo Incra - Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013

O Incra publicou nesta sexta-feira (25), no Diário Oficial da União, uma portaria que reconhece e delimita as terras pertencentes à comunidade quilombola Tomás Cardoso, nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região central do estado de Goiás. O território quilombola tem 1.803 hectares e coincide com o perímetro da fazenda Bocaina do Passa Três/Canoas, localizada na divisa dos municípios.

A autarquia vai solicitar à Presidência da República a publicação de um decreto declarando a fazenda Bocaina do Passa Três/Canoas de interesse social. Com o decreto, o Incra vai providenciar a desapropriação do imóvel e instalar no local as famílias quilombolas.

Esse é o primeiro território quilombola reconhecido e delimitado pela Superintendência Regional do Incra em Goiás (na jurisdição da superintendência do Incra em Goiás, que compreende todo o estado, exceto regiões nordeste e entorno do DF). A comunidade pleiteia essa área desde 2007.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado em 2011. A peça técnica contém um estudo antropológico comprovando a existência e atestando as características que definem a comunidade e sua identificação com a terra de seus ancestrais.

A comunidade Tomás Cardoso é formada por 41 famílias e deve seu nome ao do fundador do grupo. Atualmente vivem dispersos na região de Goianésia, município vizinho à área identificada.

Segundo o laudo antropológico, a comunidade já estava instalada na região de Barro Alto antes da primeira divisão em fazendas, que ocorreu com a criação da fazenda Lagoa Seca, em meados de 1900.

Incra reconhece área de Comunidade Quilombola em Minas Gerais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013

Os limites da Comunidade Quilombola de Marques, localizada em Carlos Chagas (MG), foram reconhecidos pelo Incra com a publicação de portaria no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (25). Junto à portaria, foi publicado o memorial descritivo da área de 250 hectares onde vivem oito famílias.

Após o reconhecimento é necessário a publicação de decreto presidencial de interesse social para que o Incra/MG possa desapropriar quatro fazendas que compõem o território reconhecido.

A Comunidade Marques vive por meio do trabalho familiar na lavoura e criação de pequenos animais, mas devido à perda de muitas de suas terras ao longo do tempo seus

membros passaram a prestar serviços para proprietários das terras vizinhas. O reconhecimento do território vai permitir o resgate da cultura local e a auto-suficiência das famílias na terra.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade foi publicado em março de 2009. O direito das comunidades remanescentes de quilombos à propriedade de terras historicamente ocupadas é garantido no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

O Incra tornou-se a instituição responsável para tomar as medidas administrativas para a regularização de áreas quilombolas a partir do Decreto 4.887/2003. Desde então, a autarquia identifica, reconhece, delimita, demarca e titula terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

Demagogia agrária – O Estado de São Paulo, Opinião. 28/10/2013

Uma das boas marcas do governo de Dilma Rousseff era o aparente cuidado com a reforma agrária. Em lugar de desapropriações desenfreadas, feitas com o mero objetivo de satisfazer a movimentos sociais, a presidente havia optado por tentar melhorar os assentamentos já existentes, para favorecer o desenvolvimento sustentável dessas unidades. Todo esse zelo, porém, está sendo abandonado: movida pela mais pura demagogia, a um ano da eleição presidencial, Dilma quer agora fazer reforma agrária de cambulhada.

Em discurso dirigido a representantes de sem-terra e de outros movimentos sociais, Dilma anunciou que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, providenciaria nada menos que 100 novos decretos de desapropriação até o final de dezembro.

Considerando-se que a presidente não havia desapropriado um único imóvel rural para reforma agrária neste ano, parece claro que a nova disposição de Dilma resultou não de ponderações técnicas, e sim de objetivos eleitoreiros. Se for mesmo executada, a ordem de Dilma representará a desapropriação de 200 mil hectares para assentamentos, como calcula o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Para técnicos do Incra ouvidos pelo Estado, não existe a menor possibilidade de que, em tão pouco tempo, tamanha quantidade de terras resulte em assentamentos com infraestrutura minimamente satisfatória. Subsiste, desse modo, a situação que levou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, a dizer, num surto de sinceridade, que os assentamentos haviam se transformado em "quase favelas rurais".

Dilma parecia empenhada em mudar esse quadro. Seu governo desapropriou até agora apenas 86 imóveis rurais. Desde a redemocratização do País, em 1985, apenas Fernando

Collor desapropriou menos (28). Como comparação, Luiz Inácio Lula da Silva desapropriou 1.990 imóveis; no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram 3.532.

O Movimento dos Sem-Terra (MST) diz que os números da reforma agrária de Dilma provam que ela se aproximou dos ruralistas e que é "refém do agronegócio". Nas contas do grupo, há 150 mil famílias à espera de um lote de terra.

O presidente do Incra, Carlos de Guedes, argumenta, com razão, que "o grande desafio é viabilizar o assentamento" e que "não adianta só dar terra". Se os assentamentos estão realmente sendo melhorados, são outros quinhentos - dados do Incra indicam que 70% dos descendentes de assentados em terras do Rio Grande do Sul, em geral mais férteis que as do Norte e do Nordeste, não ficam no campo, o que sugere falta de condições de vida e de trabalho.

Seja como for, a intenção de melhorar os assentamentos é correta e deveria ser estimulada. No entanto, parece claro que não é isso o que está norteando o governo neste momento, e sim as urnas em 2014. Dilma segue assim o exemplo de Lula, que usou a reforma agrária para apaziguar os movimentos sociais em momentos de grande tensão ou de necessidade política. Os anos em que Lula assentou mais sem-terra foram 2005, durante o escândalo do mensalão, e 2006, quando disputou a reeleição. Depois disso, sua média de desapropriações despencou.

Para conseguir acelerar a instalação de assentamentos, Pepe Vargas baixou uma portaria que facilita esse processo. Mas Ricardo Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, diz que essa medida do ministro apenas "flexibiliza outro decreto assinado em fevereiro, que exigia estudos mais rigorosos e normas internas para a criação de novos assentamentos".

No discurso em que tentou aparecer como campeã da reforma agrária, Dilma disse que os novos decretos de desapropriação serão elaborados "já garantindo a sustentabilidade". Com a contínua redução das verbas disponíveis para realizar a reforma agrária - de R\$ 4,7 bilhões em 2010 para R\$ 2,4 bilhões neste ano -, parece improvável que mais essa retumbante promessa da presidente seja cumprida.

Incra reforça importância da reforma agrária para a produção de alimentos de qualidade em audiência na ALESP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/10/2013

O superintendente regional do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, participou no dia 25 de outubro de sessão solene na Assembleia Legislativa de São Paulo que comemorou os dez anos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e os vinte anos da Ação da Cidadania, entidade fundada pelo sociólogo Herbert de Souza para o combate à fome.

A homenagem foi iniciativa do deputado Francisco Campos Tito, que citou a Semana da Alimentação num contexto em que milhões de pessoas ainda passam fome em todo o mundo: "Vivemos um momento ímpar em que houve a diminuição das pessoas que enfrentam a fome no Brasil. E foi a sociedade civil que fomentou a implantação de políticas públicas no combate às desigualdades sociais, à fome e à miséria", destacou.

A exibição de vídeos e de um espetáculo de dança resgatou a importância da mobilização social e do Consea nas ações para garantir a segurança alimentar, na criação das redes de proteção social e na implantação de políticas de reforma e desenvolvimento agrário, fatores importantes para os atuais indicadores de redução da mortalidade infantil e da desnutrição no país.

Política estratégica

O representante do Incra lembrou que a reforma agrária é uma política estratégica não só para a democratização do campo, mas para a própria segurança alimentar do país: "São os assentados, os agricultores familiares que garantem a alimentação de todos os brasileiros. Com os avanços nos programas institucionais tem sido possível fixar as famílias, combater a miséria e garantir uma alimentação saudável e adequada", declarou.

Já o delegado federal do desenvolvimento agrário de São Paulo, Reinado Prates, ressaltou a importância de fortalecer os esforços da sociedade civil e dos entes federativos para a promoção da cidadania e da segurança alimentar. Prates esclareceu que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem tratando das políticas de segurança alimentar não apenas com fomento econômico, mas buscando levar qualidade de vida e atendendo à demanda integral de quem vive no campo: "O governo federal contribuiu ao priorizar o combate à pobreza e a segurança alimentar no país, uma pauta muito diferente das temáticas bélicas de outras gestões", avaliou.

A presidente nacional do Consea, Maria Emília Lisboa, expôs que o direito humano à alimentação adequada está garantido, desde 2010, na Constituição federal. Maria Emília citou ações do Consea e destacou seus posicionamentos, especialmente no tocante ao maior debate e pesquisa antes da liberação dos alimentos transgênicos e campanha pela redução do uso de agrotóxicos: "Não basta garantir o alimento, a alimentação tem que ser adequada e saudável para todos", afirmou.

Incra cria mais quatro assentamentos na Bahia e beneficia 120 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013

A implantação de quatro novas áreas de reforma agrária na Bahia beneficiará mais 120 famílias de trabalhadores rurais sem terra. As portarias de criação foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (31/10). Ao todo, a Superintendência Regional do Incra na Bahia está disponibilizando mais 7,3 mil hectares para a reforma agrária no estado.

Com as portarias de criação dos quatro assentamentos desta quinta-feira, o Incra/BA já totaliza 557 famílias que estão sendo inseridas no Programa Nacional de Reforma Agrária, no ano de 2013. Assim, nesse ano, somam-se a criação de oito assentamentos e 13,6 mil hectares de terras desapropriados.

Os quatro novos assentamentos são Alagoas/ Pedra Branca que fica no município de Jeremoabo (no território de identidade Semiárido Nordeste II); Reunidas Salvação que está em Morpará (no território de identidade do Velho Chico); Oásis situado no município de Ipirá (território de identidade da Bacia do Jacuípe); e Junco, localizado em Biritinga (território de identidade do Sisal).

Na segunda-feira (28) foi criada a área de reforma agrária Pindorama, localizado no município de Santa Luzia, no Litoral Sul. Além dele, em 2013, foram implantados os assentamentos Rosa do Prado em Prado; Primavera, no município de Mascote e a Maçaranduba Nova Esperança, situado no município de Marau.

Potencialidades

De acordo com os laudos de vistorias das áreas, tanto o Oásis como o Alagoas/Pedra Branca possuem potenciais para o desenvolvimento da criação de bovinos, caprinos e ovinos e plantação de mandioca, leucena, algaroba, melancia, feijão, milho e mandioca.

Já o Reunidas Salvação tem aptidão para culturas anuais e permanentes, incluindo pastagem e silvicultura e o assentamento Junco demonstra viabilidade para a fruticultura, plantio de hortaliças, além de mandioca, feijão, milho e sisal.

Políticas públicas

Além disso, as 120 famílias a serem assentadas nas quatro áreas precisam estar inscritas no Cadastro Único (CADÚnico) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Paralelamente, elas serão submetidas à seleção e homologação por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra).

Incra destina terras ribeirinhas no Amapá para reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013

O Incra divulgou hoje a destinação de parte de um imóvel rural, no Estado de Amapá, para a constituição do Projeto de Assentamento na modalidade Agroextrativista (PAE) Nossa Senhora da Conceição. A destinação foi publicada no Diário Oficial de hoje (31/10) e o assentamento terá área total de mil e sessenta e cinco hectares, localizado no município de Macapá.

Trata-se de região ribeirinha de uma antiga ocupação, com terras que já passaram por diversas gerações. "Falamos de uma terra passada de pai para filho, na qual as pessoas

estavam sem nenhum tipo de documento da terra, sem nenhuma assistência", explicou a superintendente regional do Incra no Amapá, Maria Assunção Giusti.

Segundo a superintendente, a partir de agora será feito um resgate social dessa comunidade. "Com essa destinação essas pessoas vão ser incluídas socialmente em políticas públicas. Principalmente no Brasil sem Miséria. Realmente serão cidadãos", acrescentou.

80 famílias

De acordo com o estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do imóvel (ECGRI) há uma capacidade mínima do assentamento para atender a 80 famílias agroextrativistas. Várias providências serão tomadas agora para que o assentamento receba as famílias com uma infraestrutura adequada para sua moradia e sustento.

Entre as ações, determinou-se à Divisão de Obtenção de Terras do Incra/AP as seguintes providências: apresentar no prazo de duzentos e quarenta dias soluções técnicas para os recursos hídricos necessários para o assentamento. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Macapá (AP), em noventa dias, para a inclusão das famílias candidatas no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais e selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto.

Foi dado um prazo também para a colocação de energia elétrica no loteamento e será encaminhado, dentro de 60 dias, para o programa Minha Casa, Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento.

Incra demarca e parcela mais três projetos de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013

Mais três projetos de assentamento no âmbito da Superintendência Regional do Incra em Pernambuco foram demarcados e parcelados nas últimas cinco semanas. São eles: Lajedo do Mocotó e Lagoa do Serroinho (localizados no município de Águas Belas) e São Geraldo (em Itaíba) - todos no Agreste do Estado.

Os novos assentamentos, que possuem uma área total de cerca de dois mil hectares, tem potencial aproximado para abrigar 80 famílias de trabalhadores rurais. Cada família terá um lote variando entre 15 e 23 hectares.

O processo de demarcação é uma medição definitiva do imóvel, na qual são colocados os marcos de concretos em cada vértice do imóvel definidos com GPS de precisão – por meio de coordenadas obtidas via satélite.

Enquanto isso, é feito um levantamento preliminar de estradas, riachos, açudes, matas, áreas de preservação, etc., existentes dentro do imóvel rural. A partir deste levantamento se extrai a área líquida que pode ser utilizada pelas famílias beneficiárias e calcula-se o

tamanho das parcelas. A definição da localização de cada parcela leva em consideração o acesso a estradas e a água para que todos tenham o mesmo direito de uso.

O parcelamento é recebido com entusiasmo pelos assentados, segundo o engenheiro cartógrafo e servidor do Incra/PE, Silas Cesar. "Apesar deles já possuírem a concessão de uso, é como se finalmente tomassem posse da área", complementou Silas.

Na região onde estão os novos assentamentos era comum a criação de gado leiteiro, mas por causa da estiagem restam poucos animais. Por conta disso, os agricultores, neste período, tem se dedicado mais ao plantio de milho e feijão.

Comitê é criado para coordenar política de terras indígenas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/10/2013

Foi instalado nesta quarta-feira (30) o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG-Pngati). Com participação do Governo Federal e da sociedade civil organizada, o grupo terá a missão de coordenar e monitorar a execução da política nacional.

Segundo o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, a Pngati exigia a criação do comitê. "A Pngati busca garantir a preservação e a recuperação dos solos e recursos naturais das terras e territórios indígenas. Além disso, vai assegurar a integridade do patrimônio indígena, as condições plenas de reprodução cultural, mas sempre respeitando sua autonomia sociocultural", disse Edmilton.

O coordenador afirmou que o comitê vai criar grupos locais de acordo com as demandas de especificidade dos povos indígenas de cada região, além de promover uma conferência nacional, que deve ocorrer entre 2014 e 2015. "O MDA vem intensificando suas ações voltadas para os povos indígenas com um conjunto de políticas, como Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), implementada em várias comunidades, bem como a ampliação da venda de produtos em programas de compras governamentais e a participação em debates de formulação de políticas públicas", explicou.

Coordenador-geral da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), o indígena Uilton Tuxá apontou a criação do comitê e da política nacional como grandes avanços para os povos indígenas do Brasil. "Com o esforço do Governo Federal, vamos continuar os passos que já foram dados nas comunidades. Iniciar em 2014 os processos de formação para indígenas para melhorar nossa vida", contou.

Para Uilton, as ações de inserção produtiva parecem ser mais concretas após os debates e a criação do comitê. "O ponto positivo é que temos a possibilidade de dialogar com ministérios que podem lutar pela nossa causa, como o MDA, o do Meio Ambiente (MMA) e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)", concluiu.

O comitê é composto por oito representantes governamentais e o mesmo número de organizações indígenas. A secretaria-executiva do comitê gestor da Pngati pertence à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa